

DO DESENVOLVIMENTISMO AO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO DEBATE QUE LEVOU AO MODELO ECONÔMICO DE 2003-2006

Maria Fabíola Ramos Caraméz Carlotto¹

Resumo: Este trabalho objetiva uma síntese da pesquisa que investiga as principais características do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil durante o período de 2003-2006. O método histórico adotado sugeriu buscar na evolução do pensamento econômico brasileiro os princípios que conduziram o percurso da corrente desenvolvimentista no século 20, até o termo novo-desenvolvimentismo, no século 21. Termo este que orienta a principal hipótese no sentido de observar fundamentos que consideram este período como sendo o que abriu a corrente do novo desenvolvimentismo. Por isso, a pesquisa bibliográfica, aqui apresentada em breve síntese, priorizou os diferentes aspectos do debate teórico que diferenciam o modelo desenvolvimentista do novo desenvolvimentismo na História Econômica do Brasil (2003-2006).

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico Brasileiro; Modelo de Desenvolvimento Econômico; História Econômica do Brasil (2003-2006); Desenvolvimentismo; Novo Desenvolvimentismo

¹ Doutoranda em História Econômica, PPGHE-USP, E-mail: mariaf@usp.br

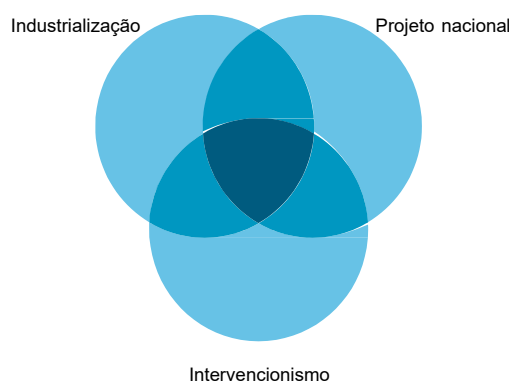
1. Introdução

Para pensarmos os limites que diferenciam o pensamento econômico que fundamenta o debate do novo-desenvolvimentismo como nosso objeto de estudo, precisaremos dimensionar a influência da vertente desenvolvimentista² nesse processo. O que equivale considerar que as duas expressões, enquanto correntes de pensamento, respondem por muito mais que épocas históricas distintas, chegando mesmo a representar “espectros ideológicos opostos”³ na realidade brasileira.

1.1. Revisão do debate sobre o modelo desenvolvimentista no século 20

No âmbito do desenvolvimentismo, o pensamento surgiu no Brasil no século 20, como uma tese relacionada a um projeto nacional que teve sua origem nas décadas de 1930-45. E não por acaso, o período remonta ao contexto nacional do Estado Novo e, no internacional, a II Guerra Mundial. Situação que impulsionou motivações econômicas para responder demandas de reconstrução e desenvolvimento a forças produtivas e da acumulação de capital, direcionadas à industrialização.

Figura 1: Desenvolvimentismo, núcleo comum principal



Fonte: FONSECA, P. C. D., 2014.

No plano nacional, a década de 1940 representou o momento em que a tese desenvolvimentista incorporou discussões sobre a importância da industrialização e do planejamento como via de superação socioeconômica das desigualdades inerentes ao estágio do subdesenvolvimento.⁴ Roberto Simonsen foi considerado “o grande ideólogo do desenvol-

2 Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito in Presente e Futuro do Desenvolvimentismo. Brasília: IPEA, 2014

3 SAMPAIO JR. P. de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia ou farsa. Serv. Soc. São Paulo, n 112, out./dez. 2012, p. 672

vimentismo”⁵, sua posição de liderança foi conquistada na defesa da industrialização como via de superação do atraso nacional, mas se notabilizou por dedicar-se ao projeto de Planificação da Economia Brasileira como um mecanismo econômico capaz de alavancar a evolução de todo o processo produtivo para elevar a renda *per capita* nacional. Sua tese era baseada no protecionismo para defesa do mercado interno.

O Projeto que Simonsen apresentou ao presidente Getúlio Vargas em 1944, propunha ações para quadruplicar a renda nacional, estimada em “40 bilhões de cruzeiros”⁶, o que se traduzia em um índice equivalente a 1 conto de renda *per capita*, 25 vezes menor que a renda americana. A proposta de Planificação da Economia Brasileira tinha por objetivo elevar esse padrão nacional em um período de 10 a 15 anos, estimulando o consumo para uma situação de pleno emprego. Para isso, pensou através de dois conceitos referenciáveis: **renda nacional** e **capacidade de consumo** das famílias. Projeto que foi objeto de controvérsia clássica na História do Pensamento Econômico Brasileira, pelo parecer contrário do economista Eduardo Gudín, da vertente liberal.

A controvérsia Simonsen *versus* Gudín dos anos de 1944-47, significou muito mais que pontos de vista opostos, demarcou uma disputa de narrativas entre liberais e desenvolvimentistas na História Econômica do Brasil República. Disputa que acabou sendo relacionada a questões determinantes no processo ideológico, que modificou em muitas ocasiões, o rumo político do País

Esse período também assinalou a influência do modelo de Substituição por Importação, na transição do Brasil de monocultura agrária para economia mista. Modelo explicado, em parte, pelo incremento da industrialização que deslocou o centro dinâmico do País ao se ampliar o mercado interno, que inaugurou o propalado estágio da chamada ‘maioridade econômica’⁷.

2. Discussões

Dessa perspectiva, o pensamento desenvolvimentista fez sua trajetória no Brasil do século 20, circunscrevendo-se de forma mais delimitado de 1930 a 1964. Esse período foi relacionado ao movimento que se constituiu a partir de influência no processo político,

4 SIMONSEN, R. Planificação da Economia Brasileira, São Paulo: 1944; BALESTRIERO, G. E. Gênese do Planejamento Econômico no Brasil, tese de doutoramento em História Econômica na Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1996

5 BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004, p. 81

6 BALESTRIERO, G. E. Gênese do Planejamento Econômico no Brasil, tese de doutoramento do Programa de História Econômica da USP, 1996: “Segundo Simonsen (1944), a Diretoria de Estatística e Previdência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, acabara de apresentar os resultados de seu cálculo da ‘renda nacional’, pelo conceito de ‘capacidade de consumo’, atendendo à solicitação apresentada pelos representantes das ‘classes produtoras’ na primeira reunião do Conselho. O Ministério chegara a uma ‘renda nacional’ da ordem de 40 bilhões de cruzeiros, que Simonsen aponta ser ‘25 vezes menor do que a verificada nos Estados Unidos’”. Argumento central da controvérsia Simonsen x Gudín,

7 FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

conforme conceito-chave formulado por Bielschowsky (2004), para caracterizar a ideia de explicar o período de 1930-64, como sendo o “ciclo ideológico do desenvolvimento”⁸. Conceito que foi pensando a partir das influências do contexto político que envolveu questões cruciais da História Econômica do Brasil.

Uma das repercussões mais notáveis nesse período foi a divergência sobre a renda nacional e o significado da industrialização nas questões de consumo e trabalho, para superar problemas estruturais na formação econômica do País.

O pensamento desenvolvimentista, por exemplo, concentrava-se, em consenso, em torno algumas principais questões. Uma dessas questões envolvia a direção estatal no processo de dinamizar o planejamento, - para elevar a renda per capita-, e acelerar todos os setores produtivos, assumindo o Estado a industrialização de empresas estratégicas, além de liderar o processo da industrialização do País. O que significava administrar o modelo de Industrialização por importação a sua plena capacidade, voltado ao mercado interno, além da visão pró-nacionalista sobre capital estatal e estrangeiro; distribuição de renda e reforma agrária; organização e participação do Estado no processo de coordenação e incentivo do desenvolvimento para elevar o Produto Interno Bruto, visando promover uma melhor distribuição da renda nacional *per capita*.

Essa narrativa entrou em hibernação após 1964, porém, ao chegar no século 21, foi reinterpretada. A tese desenvolvimentista, que se constituiu no núcleo duro da vertente que inspirou a ideia central do Novo-Desenvolvimentismo, preservou a ideia de que “não haverá mercado forte sem um Estado forte”⁹. O que exigiria uma visão nacionalista, com específicas políticas protecionistas estratégicas. Para o Professor Bresser-Pereira, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, explicou a “nova” posição, “ser um neo-desenvolvimentista não é tão simples: “é preciso reconhecer que o mercado é insubstituível nos setores competitivos da economia, mas saber que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência das boas sociedades”.¹⁰ Assumindo uma trégua nos argumentos, a meio termo, com os neoliberais, que substituem o papel do Estado pelo mercado.

Numa revisão histórica desse processo, no campo da defesa do projeto de industrialização do País, desenvolvimentistas argumentavam contra os liberais, considerados defensores dos interesses do mercado, das oligarquias, do capital financeiro e mercantil, importador e exportador e das empresas transnacionais. Liberais, por sua vez, acusavam os desenvolvimentistas de industrialistas e nacionalistas, garantidores de grandes lucros ao impedir pelas práticas protecionistas, a livre-concorrência, incentivando, assim, um Estado corporativista. Dessas questões, resta saber o que sobreviveu ao projeto, ou modelo econômico, dessas correntes no novo século.

8 BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004

9 SICSÚ, J.; DE PAULA, L.F.; MICHEL, R. Organizadores in *Por que Novo-Desenvolvimentismo?* in *NOVO-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole, 2005

10 BRESSER-PEREIRA, L. C. P.G. *um novo desenvolvimentista*. *Folha de S. Paulo* 1º de março de 2020, p.A3

Repassando os pontos mais nevrálgicos da discussão teórica na década de 1950, quando a perspectiva brasileira se ampliou pelo que representou as novas questões do continente sul-americano, somando-se às propostas influentes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), vimos que essas teses repercutiram no Brasil pela influência do pensamento de Celso Furtado¹¹. O economista “percebeu que o país poderia acabar de ser construído e deixar uma vez por todas que sua evolução fosse direta ou indiretamente comandada de fora”¹².

Para além da teoria, a prática de Furtado foi essencial para entender e dimensionar o modelo desenvolvimentista aplicado à política econômica. Pois, seu pensamento assinala o período em que ‘o Brasil realizou seu processo de industrialização pesada, a partir do Plano de Metas, procurando imitar o padrão de industrialização da 2ª Revolução Industrial’.¹³ Ainda que tenha de responder pelo período em que, da perspectiva liberal, o processo se utilizou de um protecionismo extremo e se auto financiou pela escalada inflacionária, mas, ainda assim, o Brasil cresceu a uma taxa de 7% ao ano até 1970.

Na interpretação de Paulani (2001), Furtado dimensionou as potencialidades de uma nação, cujo território é um continente, solo fértil e riquezas naturais ‘incomensuráveis’. Dimensionou essas potencialidades como oportunidades que se abriam para o Brasil em si mesmo, pelo potencial do seu mercado interno, então emergente. Alertou, contudo, “que para isso seria necessário deixar de lado ideias convencionais, vantagens comparativas e adotar o **planejamento** como meta primordial do Estado, capaz de reforçar instituições da sociedade civil”¹⁴. Essa é, em poucas palavras, a essência do modelo desenvolvimentista do século 20.

Dessa forma, o debate desenvolvimentista no Brasil encontra seu marco determinante no selo da “frente nacionalista”¹⁵, pelo apogeu e declínio do modelo de “Industrialização por Substituição de Importação”, que ao mesmo tempo explica as profundas modificações no processo de industrialização do País¹⁶. Em síntese, esse foi o papel desempenhado pela Revolução de 1930. Dela decorreram o fortalecimento do Estado Nacional e a as-

11 PAULANI, L. M A Grande Esperança em Celso Furtado, São Paulo: Ed. 34, 2001

12 *Idem; Ibidem*

13 SICSÚ, J; DE PAULA, L.F.; MICHEL, R. Organizadores de NOVO-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, 2005

14 _____. Sem Esperança de Ser País: o governo Lula, dezoito meses depois, in Novo-Desenvolvimentismo, Rio de Janeiro: Manole, 2005

15 Esse processo foi em parte resultado de uma conjuntura nacional e internacional que se seguiu à crise da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que forçou a necessidade de produzir e gerar um mercado interno, o que explica o contexto propício à implantação do modelo de Substituição de Importação ou ainda, modelo econômico da ‘era Vargas’.

Esse movimento prosseguiu marcante nas décadas de 1950 e declinou na década de 1960, quando propiciou todo um debate sobre as forma estruturais históricas no processo de acumulação do capital no País, forma essa capaz de apresentar destinações de recursos para se articular impulsos ao processo do desenvolvimento para elevar o padrão socioeconômico.

16 CARONE, E. A Terceira República. São Paulo: 1976

censão de novas classes econômicas ao poder, que permitiu colocar a industrialização como meta prioritária para um projeto nacional de desenvolvimento.¹⁷

As principais premissas que envolviam o modelo desenvolvimentista tinham seu impacto mais expressivo na tese da distribuição de renda no País. A natureza desses problemas e as limitações históricas do desenvolvimento como processo construído encontrou no pensamento de Celso Furtado as explicações mais influentes. O que se traduziu em rumos político do Plano de Metas do governo Kubitschek, pelo “integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento”.¹⁸

A influência do desenvolvimentismo na política nacional se encerra com o ciclo que se iniciou com a Revolução de 1964, que responde por um contexto histórico que interrompeu o conceito-chave pelo qual Bielschowski (2004) teorizou sobre o período de 1930-1964, isto é, de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”.¹⁹ Para Sampaio Jr (2012), após 1964, o movimento passou por “uma revisão radical das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista”.²⁰

2.1. O debate entre desenvolvimentismo e dependência na década de 1960

A década de 1960, trouxe momentos de acentuada crise econômica à América Latina, que provocou sérias pressões políticas no continente. Os alicerces dos fundamentos desenvolvimentistas foram questionados para dar respostas aos problemas que se acentuavam nas nações atrasadas:²¹

A própria Cepal fez autocrítica e colocou em dúvida a eficácia da sua estratégia de Substituição de Importações, propondo uma nova agenda de reformas estruturais indispensáveis à retomada do crescimento econômico continental. Foi nesse clima de estagnação e pessimismo que nasceram as teorias da dependência sobre a viabilidade do capitalismo nos países coloniais ou dependentes.²²

O debate teórico dos anos 1960 sobre a dependência latino-americana se pautou a partir das ideias de Paul Baran, após publicar em 1957, *A economia política do desenvolvimento*. Para o economista, “o capitalismo era heterogêneo, desigual, hierárquico e o subdesenvolvimento era causado pelo próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo”.

17 Abordagem Histórica da Economia Brasileira. O processo de Substituição de Importação.

18 ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A. C. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961, Ordem e Progresso, Elsevier, 1990

19 BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004

20 SAMPAIO JR. P. de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia ou farsa. Serv. Soc. São Paulo, n 112, out./dez. 2012, p. 672

21 FIORI, J.L. História, Estratégia e Desenvolvimento, uma geopolítica do capitalismo. SP.:Boitempo, 2014

22 *Idem*, p. 220

Além disso, segundo Baran, o capitalismo imperialista “teria bloqueado definitivamente o caminho dos países atrasados”²³

Fiori (2014), considerou que as formulações de Baran foram o ponto de partida para transformações e novas formulações teóricas entre as duas “vertentes marxistas da ‘escola da dependência’”: a teoria do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ do economista A. G. Frank, - que exerceu forte influência no Brasil e no Chile -; e a teoria do ‘desenvolvimento dependente e associado’, formulada por Fernando Henrique Cardoso com o suporte intelectual de um grupo importante de professores marxistas da USP”²⁴

O eixo do debate se dava a partir das ideias de Baran e Frank, em relação ao processo imperialista, que impunha um bloqueio intransponível ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos ou atrasados, no caso das questões em debate na América Latina. Para essa vertente, mesmo com o aparato do Estado, “o desenvolvimento da maioria dos países atrasados só poderia se dar por meio de uma ruptura revolucionária socialista”²⁵

A participação brasileira no debate acadêmico sobre a teoria da dependência na década de 1960, ocorre pela influência do pensamento do sociólogo brasileiro, que buscou um ponto de inflexão no debate. “A tese central de Fernando Henrique Cardoso já nasceu menos radical: para ele, o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas seria possível mesmo quando não fossem seguidas por previsões clássicas, mas seria quase sempre um desenvolvimento dependente e associado com os países imperialistas”

As discussões teóricas no Brasil sobre a teoria do desenvolvimento foram interrompidas por questões de conjuntura ideológica e questões acadêmicas sobre a contribuição da “escola da dependência” que não nos cabe aqui levantar. Entretanto, entendemos relevante na análise de Fiori (2014), que o debate teórico sobre a teoria da dependência foi interrompido em função da própria prática, pelo “próprio sucesso político” de Fernando Henrique Cardoso no final do século 20. Ao transformar sua teoria “no fundamento ideológico da experiência neoliberal no Brasil”.²⁶

A liderança de Fernando Henrique Cardoso à frente do Plano Real no Brasil em 1994, o levou à Presidência no ano seguinte, período que cumpriu até o término do seu primeiro mandato em 1998. Reeleito presidente no período seguinte (1999-2002), responde, dessa forma, pelo modelo econômico do Brasil no período de transição ao século 21, considerado de orientação neoliberal.

Momento que coincidiu com o ápice do processo de globalização pelo impacto transformador do sistema financeiro, monetarizado em capital volátil, além disso, os modos de

²³ BARAN, P. A Economia política do desenvolvimento, 1957 in FIORI, J.L. História, Estratégia e Desenvolvimento

²⁴ FIORI, J.L. *Op Cit.*, p. 221

²⁵ *Idem; Ibidem.*

²⁶ FIORI, J.L. História, Estratégia e Desenvolvimento, geopolítica do capitalismo. SP.:Boitempo, 2014

produção foram reestruturados pelo padrão comunicacional digital, base paradigmática organizacional do novo século.

No plano nacional, as transformações propostas pelo Plano Real, dispunham prioridades no padrão econômico que se assemelhavam às prioridades dispostas pelo modelo do neoliberalismo: controle da inflação; abertura ao mercado com inserção nas novas cadeias de valor; diminuição do papel do Estado, com grandes privatizações nas empresas estatais; reformas estruturais”. O resultado dessa política, associado ao novo paradigma, repercutiu em baixo crescimento e altos índices de desemprego no País.

Pesquisa²⁷ sobre esse período aponta que o Plano Real responde pelo controle inflacionário e por um novo paradigma econômico no País. Entretanto, esse impacto atingiu seu projeto social. O que se evidenciou nas renovadas renegociações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo predeterminações do Consenso de Washington, considerado a expressão institucional mais próxima do pensamento neoliberal. Ao mesmo tempo, o Fundo Monetário Internacional prescrevia um conjunto de medidas duras²⁸ que orientava os modelos econômicos dos “países atrasados”, instituição que alinhava as políticas econômicas dos países em desenvolvimento para o processo de inclusão na Nova Economia, caso em que se encontrava o Brasil.

Por todas essas questões, ao chegar no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos Trabalhadores (PT) fez ferrenha oposição ao modelo neoliberal, Num segundo momento, negociou distensões à sua proposta oposicionista e esse contexto político elevou ao poder Luís Inácio Lula da Silva, eleito presidente do Brasil em 2003, pelo PT. Ocasão que abriu um novo ciclo de debates sobre o modelo econômico do primeiro governo Lula. Considerado, por muitos, abertura de uma nova vertente do desenvolvimentismo. Seja como for, o período foi considerado uma reinterpretação do movimento desenvolvimentista no Brasil.

Essas distensões que o Partido dos Trabalhadores teve de negociar impactou também no modelo econômico que articulou. Porém, em grande medida, conservou traços do seu projeto nacionalista e, por isso, considerado uma vertente do desenvolvimentismo no século 21. Abrindo, assim, o ciclo do conceito de novo-desenvolvimentismo²⁹ ou neodesenvolvimentismo³⁰ após 2003. Em Sampaio Jr., o novo-desenvolvimentismo teve concepções opostas ao pensamento desenvolvimentista em questões cruciais, como nas questões genuínas do nacionalismo, nas formas de interpretar as “contradições entre o imperialismo e o desenvolvimento”. Uma vez que nesse novo modelo, o capital internacional deixou de

27 CARLOTTO, M.F.R.C. Os efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Brasil na transição para o século 21: a perspectiva editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, 2016

28 *O Estado de S. Paulo*, editorial “Pacote duro, mas necessário”, Notas & Informações, 1^a jan. 1999, A3

29 BRESSER-PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003

30 BOITO JR. A. As bases política do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas, 2012

ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se converter em condição *sine quo non* do próprio desenvolvimento.³¹

2.2. Aspectos históricos do contexto brasileiro no período de transição ao século 21

No início do novo Milênio, o Brasil do Plano Real assistiu transformações no seu parque industrial em parte como consequência da revolução tecnológica, mas sobretudo pelo novo poder e influência do efeito externo da globalização financeira que produziu um novo padrão global sob a égide de Nova Economia. Esse padrão incidiu diretamente sobre o trabalho, bem-estar social, acentuando desigualdades na distribuição de renda e crises financeiras nos sistemas economicamente dependentes do capital financeiro internacional.

No período de transição ao novo século, os ganhos do capital financeiro especulativo se intensificaram, países emergentes passaram a se utilizar de mecanismos financeiros para atrair o capital internacional por diferentes formas, uma dessas forma era obter ganhos com investimentos de mercados, forçando a inflação para cima e assim oferecer taxas de juros atrativas ao investidor externo. Um outro recurso era recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI)³², mecanismo que se traduziu em condição *sine quo non* para o desenvolvimento. O que se traduziu em conduzir a política econômica no sentido de intensificar abertura de capital em todas as suas formas, propiciando a entrada de investidores, ora com lastros acionários ora com privatizações para maior abertura ao capital externo na economia nacional. Processo que demarcou total ruptura com o desenvolvimentismo, nacionalista e defensor do Estado em posição estratégica da industrialização e do planejamento para elevar o PIB em função de metas na distribuição de renda.

Retomando nossa análise, os efeitos financeiros dessa mudança de paradigma da Nova Economia da globalização financeira atingiram o projeto social do Plano Real, que se por um lado, estabilizou a inflação, por outro, resultou em crise do trabalho e arrocho salarial. Essas questões foram visíveis no impacto que produziu nos índices de desemprego e no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), índice esse que mete o fator de desenvolvimento em relação ao modelo econômico adotado. O PIB em 1999 teve como resultado 0,8%; em 2000 subiu para 4,3%, com queda para 1,5% em 2001 e assim permaneceu até 2002. O desemprego, olhando para região Metropolitana da cidade de São Paulo, conside-

31 SAMPAIO JR., P de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia ou farsa. Serv. Soc. São Paulo, n. 112, out/dez 2012, p. 672

32 Às vésperas das eleições de 2002 para um novo presidente no Brasil, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso assinava um novo acordo de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, sendo que 80% desse valor só seria liberado em 2003, o novo presidente a ser eleito em outubro de 2002, deveria de antemão se comprometer em assumir a orientação do FMI. Em nota, o jornal O Estado de S. Paulo avaliou que “as autoridades brasileiras confiavam que o acordo contaria com o apoio dos principais candidatos à presidência, entre eles, Luís Inácio Lula da Silva. In O Estado de S. Paulo, “US\$ 30 bilhões, novos acordos com o FMI; Editorial: Uma utopia da racionalidade, 8 e 14 de agosto, 2002, p. A1-A3

rada a mais industrializada do Brasil, onde o padrão de empregabilidade era pleno, apresentou nesse período índice de 20%.³³

Esse contexto propiciou a chegada ao poder de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Eleito presidente do Brasil como representante do Partido dos Trabalhadores (PT) para o período 2003-2006, após anos de militância de esquerda e uma retórica de luta salarial e sindical³⁴ como meio de redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil. A bandeira da distribuição de renda e revisão de conflitos de terra no campo, reportaram ao modelo econômico desenvolvimentista.

Bielschowski (2004), assina a teoria do ciclo ideológico de desenvolvimentismo que orientou este *paper*. E é nas palavras dele que escolhemos pontuar o eixo que orientou o projeto econômico posto em discussão pelo Partido dos Trabalhadores (PT), durante a campanha de Lula à Presidência e que passou por diversos momentos de reorientação econômica e ideológica, para assinalar, assim, as diretrizes do programa Lula Presidente:

“Crescimento com baixa inflação e redistribuição de renda, associado ao modelo de consumo de massa. No Programa de Governo 2002, da Coligação Lula Presidente, as linhas do novo modelo estavam assim anunciadas [...] o motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita e, conseqüentemente, da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda”³⁵

3. Conclusão

Nesta apresentação concisa repassamos alguns fundamentos e aspectos históricos do debate teórico da vertente desenvolvimentista, que norteia a discussão sobre a hipótese que orienta a pesquisa de doutorado que desenvolvemos no Programa de História Econômica da Faculdade de História da USP. Em alguns momentos destacamos as principais diferenças das narrativas que buscaram a hegemonia do modelo econômico mais influente no Brasil do século 20. Essa alternância à frente do projeto econômico brasileiro foi tratada aqui para aprofundar reflexões sobre os problemas estruturais e a eficácia dessas respostas traduzidas em modelos de políticas públicas no Brasil. Na prática, refletem todo uma conquista de narrativas, discussões e debates na História do Pensamento Brasileiro. Por fim, dimensionar como essas narrativas contribuíram para a formação do conceito de Novo-desenvolvimentismo. E, como esse contexto constituiu e orienta a principal hipótese da pesquisa, observando se “o modelo de desenvolvimento do período (2003-2006) represen-

33 CARLOTTO, M.F.R.C. Os efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Brasil na transição para o século 21: a perspectiva editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, 2016

34 SECCO, L.F. *A História do PT (1978-2010)*, São Paulo: Ateliê Editorial. Ed. 2011

35 BIELSCHOWSKI, R. *O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma*, 2014

tou um novo-desenvolvimentismo no Brasil? Em função disso, retroagimos, conforme o método histórico adotado, que sugeriu buscar na evolução do pensamento econômico brasileiro os princípios que conduziram o percurso da corrente desenvolvimentista no século 20, até chegar ao termo novo-desenvolvimentismo.

Referências

1. Bibliografia

BALESTRIERO, G. E. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*, tese de doutoramento em História Econômica na Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1996

BARAN, P. A *Economia política do desenvolvimento*, 1957 in FIORI, J.L., Boitempo, 2014

CARLOTTO, M.F.R.C. *Os efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Brasil na transição para o século 21: a perspectiva editorial do jornal O Estado de S. Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, 2016

FIORI, J.L. *História, Estratégia e Desenvolvimento: geopolítica do capitalismo*. SP.:Boitempo, 2014

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004

_____. *O Modelo de Desenvolvimento proposto por Lula e Dilma*, 2014

BOITO JR. A. *As bases política do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas, 2012

BRESSER-PEREIRA, L. C. P.G. *Um novo desenvolvimentista*. Folha de S. Paulo 1º de março de 2020

_____. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003

CARONE, E. *A Terceira República*. São Paulo: Difel 1976

FIORI, J.L. *História, Estratégia e Desenvolvimento, uma geopolítica do capitalismo*. SP.:Boitempo, 2014

FONSECA, P.C.D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito* in *Presente e Futuro do Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014

FURTADO. C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. *Desenvolvimentismo e Subdesenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A. C. *Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961, Ordem e Progresso*, Elsevier, 1990

PAULANI, L. M. in *A Grande Esperança em Celso Furtado*, São Paulo: Ed. 34, 2001

_____. *Sem Esperança de Ser País: o governo Lula, dezoito meses depois*. in SICSÚ. J.; DE PAULA. L.F.; MICHEL, R. Organizadores in *NOVO-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole, 2005

SAMPAIO JR. P. de A. *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia ou farsa*. Serv. Soc. São Paulo, n 112, out./dez. 2012, p. 672

SIMONSEN, R. *Planificação da Economia Brasileira*, São Paulo: 1944; FURTADO. C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SICSÚ. J; DE PAULA. L.F.; MICHEL, R. Organizadores in *Por que Novo-Desenvolvimentismo?* in *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole, 2005

SECCO, L.F. *A História do PT (1978-2010)*, São Paulo: Ateliê Editorial. Ed. 2011

1. Websites

<https://acervo.estadao.com.br/>

<https://acervo.folha.com.br/index.do>

<http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201410021242060.Ricardo%20Bielschowsky%20-%20O%20modelo%20de%20desenvolvimento.pdf>

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20De-senv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>